



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME  
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**343ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Assistência Social**

**Ata da ordem dos dias 15 e 16 de outubro de 2025**

**Brasília/DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 343ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

**Local Virtual:** Plataforma Zoom

**Data:** 15 e 16/10/2025

1 Nos dias quinze e dezesseis de outubro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a 343ª Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a coordenação da Sra. Márcia de  
3 Carvalho Rocha, Vice-Presidente do CNAS e representante da Federação Nacional das Associações  
4 de Pais e Amigas(os) das(os) Excepcionais – FENAPAES. Contou com a participação dos(as)  
5 seguintes conselheiros(as): Sra. Thais Pereira Braga (Secretária-Executiva do CNAS), Sra. Cleres  
6 Alvarenga Cavalcante (Titular/Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social –  
7 FONSEAS), Sra. Emilene Oliveira Araújo (Titular/Sociedade Bíblica do Brasil – SBB), Sr. Ismael  
8 Ultino Tavallone (Titular/Representante do Conselho Nacional de Assistência Social), Sra. Shirley de  
9 Lima Samico (Titular/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à  
10 Fome – MDS), Sr. Beto Pereira (Suplente/Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB), Sra.  
11 Andréia Fernandes Teixeira (Suplente/Federação Nacional das(os) Psicólogas(os) – FENAPSI), Sra.  
12 Irene Rodrigues da Silva (Titular/Confederação da(os) Trabalhadoras(es) no Serviço Público  
13 Municipal – CONFETAM/CUT), Sr. José Miguel da Costa Júnior (Suplente na titularidade), Sra. Ana  
14 Karine do Nascimento Feitosa (Suplente/Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS), Sra.  
15 Keure Chamse Afonso de Oliveira (Suplente/Rede Cidadã), Sra. Catarina de Santana Silva  
16 (Suplente/Fundação Fé e Alegria do Brasil), Sra. Amanda Simone Silva (Suplente/Ministério do  
17 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), Sr. Paulo Henrique Souza  
18 (Suplente/Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS), Sr.  
19 Alessandro Tiezzi (Suplente/Pia Sociedade de São Paulo), Sra. Rafaelly Machado da Silva  
20 (Suplente/Movimento Nacional da População de Rua), Sra. Ana Lúcia Soares (Titular/Associação  
21 Brasileira de Terapeutas Ocupacionais – ABRATO), Sra. Margareth Alves Dallaruvera  
22 (Titular/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT),  
23 Sra. Aldenora Gomes Gonzalez (Titular/Instituto Ecovida), Sra. Maria Carolina Pereira Alves  
24 (Titular/Secretaria Nacional de Cuidados e Família – SNCF) e Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues  
25 de Aragão (Titular/Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS).

26 **ABERTURA:**

27 A Sra. Márcia de Carvalho Rocha deu início aos trabalhos cumprimentando os conselheiros(as), as  
28 pessoas presentes e os que acompanhavam a reunião pelo canal do CNAS no YouTube. Informou que  
29 o presidente, Sr. Edgilson Tavares de Araújo, estava representando o CNAS na Conferência do Piauí,  
30 motivo pelo qual a vice-presidência conduziria a reunião. Em seguida, a Sra. Thais Pereira Braga  
31 realizou o chamamento de quórum, registrando a presença dos(as) conselheiros(as) citados(as). Após  
32 a confirmação do quórum, a vice-presidente anunciou o início da sessão plenária e a leitura da pauta  
33 da 343ª Reunião Ordinária do CNAS. Durante a leitura da pauta, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha  
34 apresentou os itens programados para os dias treze, quatorze, quinze e dezesseis de outubro de dois  
35 mil e vinte e cinco, destacando as reuniões das comissões temáticas e os horários previstos para cada  
36 uma delas. A leitura contemplou as seguintes atividades: reuniões das comissões internas, sessão  
37 solene em homenagem aos vinte anos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e apresentação  
38 dos relatos das comissões no decorrer da reunião ordinária. Após a leitura, a vice-presidente concedeu  
39 a palavra à Sra. Aldenora Gomes Gonzalez, que solicitou a inversão da ordem de apresentações,  
40 pedindo que o relato da Comissão de Financiamento e Orçamento fosse apresentado ainda naquele  
41 dia, justificando que teria compromisso no dia seguinte, quando estava originalmente prevista sua  
42 fala. A proposta foi colocada à apreciação e, não havendo objeções, foi aprovada pela plenária. A Sra.  
43 Márcia de Carvalho Rocha informou que o conselheiro Mallon Francisco de Aragão representaria o  
44 governo durante o dia, estando momentaneamente de forma virtual. Em seguida, foi retomada a  
45 leitura da pauta detalhada, contemplando os horários e as comissões programadas. Foram  
46 mencionados os relatos das comissões de Política de Assistência Social, de Financiamento e  
47 Orçamento, de Controle Social das Deliberações das Conferências, de Acompanhamento aos  
48 Conselhos, de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, de Normas e de outras  
49 comissões previstas. Durante a leitura, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha confirmou que as  
50 conselheiras Aldenora Gomes Gonzalez e Margareth Alves Dallaruvera haviam solicitado destaques.  
51 A Sra. Aldenora reforçou sua justificativa sobre o pedido de alteração na ordem das apresentações,  
52 informando que havia sido convidada pela Presidência da República para representar a sociedade  
53 civil e o Conselho Nacional de Assistência Social na abertura do Interconselhos, o que justificava sua  
54 ausência no dia seguinte. A vice-presidente submeteu a proposta à apreciação e, com o consenso dos  
55 presentes, foi deliberado que o relato da Comissão de Financiamento seria antecipado para aquela  
56 data, em substituição ao relato da Comissão de Política de Assistência Social. A vice-presidente

57 agradeceu a compreensão dos(as) conselheiros(as) e reforçou o compromisso do plenário com a  
58 reorganização da pauta, mantendo a sequência dos demais relatos programados. Foram feitas  
59 observações acerca da ausência justificada do conselheiro Thiago, sendo registrada a substituição  
60 pelo conselheiro Alessandro Tiezzi, que assumiria a titularidade durante o período. Na sequência, foi  
61 reiterado que a reunião transcorreu com a leitura e aprovação da pauta reorganizada, estando todos  
62 os presentes de acordo com os encaminhamentos e deliberações propostos. A Sra. Márcia de Carvalho  
63 Rocha registrou que a Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social  
64 (COC) havia se reunido brevemente antes da retomada da plenária, com o objetivo de discutir a  
65 situação referente à conferência estadual do Rio Grande do Sul. Informou que, após diálogo e  
66 consenso entre os membros da comissão, foi formulada uma proposta de encaminhamento para  
67 apreciação do pleno. Solicitou que o conselheiro Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão,  
68 representante da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), apresentasse a proposta  
69 construída. O Sr. Mallon de Aragão apresentou a redação do encaminhamento, informando que, após  
70 discussão, havia sido acordado que o CNAS recepcionaria apenas as propostas aprovadas  
71 presencialmente na 16ª Conferência Estadual do Rio Grande do Sul, e que o Estado teria autonomia  
72 para realizar plenária ampliada online, caso desejasse deliberar sobre outras propostas, as quais,  
73 contudo, não comporiam o documento oficial encaminhado ao CNAS. O Sr. Clóvis Alberto Pereira  
74 (Beto Pereira), representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), sugeriu a  
75 substituição da expressão “em nível estadual” por “em âmbito estadual”, o que foi acatado. A Sra.  
76 Andréia Fernandes Teixeira, representante da Federação Nacional das(os) Psicólogas(os) –  
77 FENAPSI, sugeriu ajuste de redação, propondo que o texto ficasse da seguinte forma: “O CNAS  
78 recepcione apenas as propostas aprovadas presencialmente na 16ª Conferência Estadual do Rio  
79 Grande do Sul. O Estado possui autonomia para realizar plenária ampliada online a fim de deliberar  
80 as propostas em âmbito estadual que, contudo, não comporão os documentos a serem enviados ao  
81 CNAS.” O conselheiro Mallon concordou com a redação proposta. A Sra. Márcia de Carvalho Rocha  
82 realizou a leitura final do texto para apreciação do plenário, que aprovou o encaminhamento por  
83 consenso, sem destaques ou votos contrários. Em seguida, a vice-presidente informou que seria  
84 retomado o relato da Subcomissão de Metodologia e Tecnologia (Subtec), interrompido  
85 anteriormente para deliberação sobre o tema do Rio Grande do Sul. Foram apresentados os nomes  
86 indicados para compor a subcomissão, entre eles os(as) professores(as) Luciana Santana (UFAO),  
87 Maria Amélia, José Cruz, Henrique Rosendo (Universidade Fluminense) e Leonardo Cury (PUC),

88 indicados por representantes da sociedade civil e do governo. Após leitura e apreciação, o plenário  
89 aprovou a inclusão dos novos membros, registrando-se o esforço conjunto dos segmentos para  
90 fortalecer os trabalhos metodológicos da conferência. A conselheira Margareth Alves Dallaruvera  
91 sugeriu a inclusão da professora Eleonora Schettini, destacando sua relevante contribuição técnica  
92 em comissões anteriores. A vice-presidente informou que a sugestão seria considerada  
93 posteriormente, após alinhamento dos segmentos e definição dos pontos focais. Em seguida, passou-  
94 se à pauta da Subcomissão de Comunicação e Mobilização de Recursos (SubCMR). Foi informado  
95 que o ponto referente ao andamento das ações do plano de comunicação não havia sido apreciado  
96 devido à ausência da representante da ASCOM, Sra. Larissa Gold, por falta de energia elétrica em  
97 sua região. Diante das dificuldades recorrentes enfrentadas pela subcomissão, a Comissão  
98 Organizadora encaminhou que a presidência do CNAS entrasse em contato com a ASCOM,  
99 informando que a profissional designada não vinha atendendo às demandas da comissão, e solicitasse  
100 posicionamento sobre o desenvolvimento do plano de comunicação e cobertura da 14ª Conferência  
101 Nacional. O encaminhamento foi aprovado pela plenária, sem objeções. Na sequência, a conselheira  
102 Irene Rodrigues da Silva apresentou informe sobre contato com a Comissão de Práticas Integrativas  
103 e Complementares em Saúde (PICS), vinculada ao Conselho Nacional de Saúde, para avaliar a  
104 possibilidade de apoio à 14ª Conferência Nacional. Informou que os profissionais da área atuavam de  
105 forma voluntária, mas que os materiais de consumo necessários deveriam ser fornecidos pelo CNAS.  
106 Diante disso, a Subcomissão sugeriu não incluir atividades de PICS na conferência, proposta que  
107 recebeu concordância da Comissão Organizadora. No entanto, foi acordado que haveria diálogo com  
108 a conselheira Maria Carolina Pereira Alves, da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, para  
109 avaliar a possibilidade de apoio financeiro à proposta da “Cuidoteca”. A conselheira Maria Carolina  
110 manifestou-se, informando que já havia mantido contato prévio com a Secretaria Executiva e que a  
111 equipe de sua secretaria estava disponível para apoiar metodologicamente a implementação do  
112 espaço, não sendo necessário aporte adicional de recursos. O plenário registrou a informação e  
113 aprovou o encaminhamento. Em continuidade, foi registrado que a Subcomissão de Comunicação e  
114 Mobilização de Recursos definiria novos encaminhamentos na próxima reunião da COC, marcada  
115 para o dia vinte e três de outubro. Em seguida, a vice-presidente apresentou relato da Subcomissão  
116 de Apoio às Conferências Livres Nacionais e Conferências Ordinárias Municipais e Estaduais  
117 (Subaclim). Foi informado que a reunião de alinhamento contou com a participação de vinte e um  
118 representantes de onze conferências livres proponentes, entre elas a Associação Aliança

119 Empreendedora, o Movimento Negro Unificado da Bahia, o Conselho Federal de Psicologia, a  
120 Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Federação Nacional das APAES (FENAPAES)  
121 e o Fórum Nacional de Usuários do SUAS. Após apresentação do fluxo das conferências livres e da  
122 Plataforma Brasil Participativo, foi proposto que as quinze melhores propostas seriam escolhidas por  
123 relatoria da COC, sendo incorporadas ao caderno principal quando vinculadas aos eixos temáticos e  
124 incluídas na plataforma quando desvinculadas. O encaminhamento foi aprovado pela plenária. A Sra.  
125 Márcia de Carvalho Rocha registrou a necessidade de tratar, em caráter de urgência, da convocação  
126 para a Conferência Estadual de Rondônia, prevista para vinte e quatro de outubro. Explicou que,  
127 devido ao prazo mínimo exigido de trinta dias para solicitação de passagens e diárias, seria necessário  
128 aprovar imediatamente o nome da conselheira Irene Rodrigues da Silva para representar o CNAS no  
129 evento, tendo em vista que as conselheiras anteriormente indicadas não poderiam comparecer. Após  
130 manifestação favorável da plenária, o encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Foram ainda  
131 discutidas orientações para os trabalhos dos grupos temáticos e mini-plenárias da 14ª Conferência  
132 Nacional, sendo deliberado que os facilitadores elaborariam apresentações orientadoras para cada  
133 eixo temático. A COC sugeriu que houvesse composição mista entre conselheiros do governo e da  
134 sociedade civil, podendo haver ajustes conforme disponibilidade. O encaminhamento foi aprovado,  
135 registrando-se o consenso da plenária. Por fim, a vice-presidente apresentou informes sobre o  
136 cronograma da conferência, incluindo a data da próxima reunião extraordinária da COC (24 de  
137 outubro), o livro comemorativo dos 20 anos do SUAS e informações contratuais sobre a locação do  
138 Centro de Convenções Ulysses Guimarães e o Termo de Execução Descentralizada firmado com a  
139 Universidade Federal de Alagoas. Todos os encaminhamentos foram aprovados pelo plenário, sem  
140 votos contrários ou abstenções. O Sr. Edgilson Tavares solicitou à Sra. Thais Pereira Braga,  
141 Secretária-Executiva do CNAS, que realizasse o chamamento de quórum. Foram registradas as  
142 presenças das seguintes conselheiras e conselheiros: Sra. Ana Lúcia Soares (Associação Brasileira  
143 dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO), Sra. Cleres Alvarenga Cavalcante (Fórum Nacional de  
144 Secretários de Estado de Assistência Social – FONSEAS), Sra. Emilene Oliveira Araújo (Sociedade  
145 Bíblica do Brasil – SBB), Sra. Márcia de Carvalho Rocha (Vice-Presidente do CNAS/FENAPAES),  
146 Sra. Margareth Alves Dallaruvera (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social  
147 da CUT – CNTSS/CUT), Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão (Secretaria Nacional de  
148 Assistência Social – SNAS), Sra. Shirley de Lima Samico (Ministério do Desenvolvimento e  
149 Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS), Sra. Andréia Fernandes Teixeira (Federação

150 Nacional das(os) Psicólogas(os) – FENAPSI), Sra. Irene Rodrigues da Silva (Confederação da(os)  
151 Trabalhadoras(es) no Serviço Público Municipal – CONFETAM/CUT), Sra. Ana Carine do  
152 Nascimento Feitosa (Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS), Sra. Keure Chamse Afonso  
153 de Oliveira (Rede Cidadã), Sra. Catarina de Santana Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil), Sra.  
154 Amanda Simone Silva (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à  
155 Fome) e Sra. Maria Carolina Pereira Alves (Secretaria Nacional de Cuidados e Família). Confirmado  
156 o quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos do período. O Sr. Edgilson Tavares informou  
157 que proporia inversão parcial da pauta, visando garantir tempo hábil para discussão e votação de  
158 resoluções importantes que estavam previstas para o turno da tarde. Explicou que pretendia antecipar  
159 a análise das matérias referentes à Comissão de Normas e à Comissão de Benefícios, e postergar as  
160 demais para o período vespertino. O plenário concordou com a proposta. Em seguida, o presidente  
161 retomou a leitura da pauta geral e iniciou discussão sobre o calendário das próximas reuniões de  
162 comissão. O presidente relatou dificuldades enfrentadas com a realização de reuniões de comissões  
163 em formato online, ressaltando que, embora algumas experiências tenham ocorrido de forma  
164 satisfatória, houve também limitações de participação devido a problemas de conectividade.  
165 Defendeu que as reuniões ordinárias do CNAS permaneçam preferencialmente presenciais, podendo  
166 ocorrer em formato virtual apenas as reuniões extraordinárias, desde que previamente acordadas e  
167 com garantia de ampla participação. A conselheira Irene Rodrigues da Silva manifestou-se contrária  
168 à realização de reuniões virtuais de alinhamento, argumentando que o debate presencial favorece o  
169 diálogo e a tomada de decisões conjuntas, especialmente diante das inovações que seriam  
170 implementadas na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. Sugeriu que as coordenações de  
171 comissão se reunissem durante o intervalo do almoço para avaliar as pautas impreteríveis e  
172 reorganizar o cronograma conforme a disponibilidade de agenda de cada grupo. O presidente  
173 esclareceu que as reuniões da Comissão Organizadora (COC) vinham sendo concluídas dentro do  
174 horário previsto, com exceção da reunião do mês corrente, que se estendera em virtude do debate  
175 sobre o regimento interno da conferência. Reafirmou a importância de manter planejamento e  
176 disciplina nas discussões, lembrando que a metodologia da conferência seria a mesma utilizada no  
177 ciclo anterior, com apenas pequenas adequações no sistema de gestão e acompanhamento. Durante  
178 os debates, o presidente reforçou que eventuais reuniões virtuais deveriam ter datas previamente  
179 definidas e consenso entre os conselheiros, garantindo a participação de todos os segmentos e  
180 evitando exclusões por dificuldades técnicas. Ressaltou que o pleno já havia deliberado anteriormente

pela não realização de reuniões ordinárias de forma remota. Foram debatidas ainda questões relacionadas à pauta da conferência de novembro, envolvendo ajustes de horários e articulações entre as comissões de trabalho. O Sr. Edgilson Tavares destacou a necessidade de que os segmentos da sociedade civil e do governo cheguem às reuniões ampliadas com os nomes de seus representantes previamente definidos, evitando atrasos na definição das equipes que atuarão nas salas temáticas, grupos de trabalho, plenárias e atividades de apoio durante a conferência. A conselheira Andréia Fernandes Teixeira e a conselheira Irene Rodrigues da Silva concordaram quanto à importância do planejamento antecipado e do alinhamento interno de cada segmento. O presidente enfatizou que o principal objetivo das reuniões ampliadas seria o de garantir a preparação metodológica e a clareza das funções de cada conselheiro(a) durante a conferência, especialmente nos espaços de deliberação e mediação de debates. O presidente Edgilson reafirmou que a pauta de resoluções seria priorizada para apreciação ainda no dia, e solicitou à Secretaria-Executiva que mantivesse contato com a Consultoria Jurídica (CONJUR) do MDS para confirmar a presença de representantes técnicos no turno da tarde. Reiterou a importância do cumprimento das agendas deliberadas e do comprometimento de todos os conselheiros(as) na preparação final da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. O presidente concedeu a palavra à conselheira Ana Lúcia Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO, para apresentação do relato conjunto das Comissões de Acompanhamento e de Política de Assistência Social, referente à reunião realizada no dia três de outubro de dois mil e vinte e cinco. A conselheira iniciou informando que a reunião teve caráter técnico e foi realizada de forma virtual, com a participação dos membros das duas comissões, representantes externos convidados e apoio da Secretaria-Executiva do CNAS. Explicou que a reunião teve como foco a análise das contribuições da consulta pública sobre a minuta da Resolução que estabelece parâmetros orientadores para a deliberação de critérios e prazos para a provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. A conselheira relatou que as comissões avançaram até o artigo quatorze da minuta, realizando ajustes de redação e sistematização das contribuições recebidas. Informou que, diante da relevância da normativa e do histórico de sua elaboração, as comissões deliberaram pela conclusão das análises de forma remota, com prazo até o dia oito de outubro para envio do texto final à Consultoria Jurídica do MDS – CONJUR. Destacou os principais encaminhamentos: envio do texto do artigo treze à equipe técnica do Departamento de Proteção Social Especial para análise do parágrafo único; retirada do termo “entregas coletivas” em todo o texto; revisão da redação do parágrafo segundo do artigo oitavo;



212 inserção dos conceitos de calamidade e desastre no artigo onze; e desmembramento do artigo décimo  
213 em parágrafos distintos, considerando o volume de elementos sobre a situação de morte. O presidente  
214 agradeceu a conselheira pelo relato e solicitou que fosse realizada a leitura integral da minuta de  
215 Resolução para apreciação do pleno. A conselheira Ana Lúcia procedeu à leitura da “Resolução  
216 CNAS nº XX/2025”, que dispõe sobre os parâmetros orientadores para a deliberação de critérios e  
217 prazos pelos conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal para a provisão de benefícios  
218 eventuais previstos no artigo vinte e dois da Lei nº 8.742, de sete de dezembro de mil novecentos e  
219 noventa e três – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Durante a leitura, os conselheiros  
220 acompanharam o texto e apresentaram destaques pontuais para correção de redação, a exemplo da  
221 observação feita pelo presidente sobre a inclusão de vírgula na expressão “famílias extensas, guardiãs  
222 e acolhedoras”. A leitura contemplou os capítulos que tratam das disposições gerais, dos princípios,  
223 da caracterização das vulnerabilidades temporárias, da concessão dos benefícios eventuais e dos  
224 parâmetros de priorização. Foram destacadas as inovações trazidas pela normativa, como a  
225 explicitação da integração dos benefícios eventuais à rede de serviços socioassistenciais, a vedação  
226 de exigências vexatórias e a garantia de acesso sem condicionalidades. A conselheira Ana Lúcia  
227 explicou que o texto foi fruto de ampla discussão entre os membros das comissões, com contribuição  
228 técnica de especialistas e participação de representantes da sociedade civil e do governo. Após a  
229 leitura integral, o presidente abriu espaço para manifestações. Não havendo questionamentos  
230 substanciais quanto ao mérito da minuta, o pleno deliberou pela aprovação da Resolução, por  
231 unanimidade, sem votos contrários nem abstenções, sendo registrada a aprovação do texto final da  
232 “Resolução CNAS nº XX/2025 – Benefícios Eventuais”. Em seguida, o presidente deu continuidade  
233 à pauta, informando que seriam tratados os relatos das Comissões de Benefícios, de Controle Social  
234 das Deliberações e de Normas, conforme a programação do dia. Foram apresentados informes  
235 complementares sobre o andamento das discussões relativas às situações de calamidade pública e  
236 emergências socioassistenciais, à regulamentação do auxílio aluguel em casos de violência contra a  
237 mulher, e às medidas de integração das políticas de proteção e defesa de direitos. Os  
238 encaminhamentos foram aprovados de forma consensual. Ainda durante o período, foi debatida a  
239 necessidade de atualização dos fluxos interinstitucionais para o custeio e a operacionalização dos  
240 benefícios eventuais de morte e sepultamento. A conselheira Keure Chamse Afonso de Oliveira,  
241 representante da Rede Cidadã, reforçou a importância de garantir a articulação entre a gestão local e  
242 os serviços funerários municipais, assegurando o respeito aos ritos culturais e religiosos das famílias

beneficiárias. O plenário acolheu a observação e aprovou a inclusão do item no relatório final. Ao final da sessão, o presidente registrou agradecimentos à conselheira Ana Lúcia Soares e às equipes técnicas que participaram da construção da Resolução, ressaltando a relevância do normativo para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a efetivação dos direitos socioassistenciais. Destacou, ainda, que a aprovação da Resolução representava um marco para a consolidação de diretrizes nacionais unificadas quanto à concessão dos benefícios eventuais. Não havendo outros pontos de pauta a serem deliberados, o presidente agradeceu a presença de todos(as) os(as) conselheiros(as) e das equipes de apoio

Edgilson Tavares de Araújo

**Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social**

Brasília/DF

Outubro de 2025